



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. III (2002)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Entrevista

Ana Isabel Buescu , Jorge Flores 

Como Citar | How to Cite

Buscu, Ana Isabel & Flores, Jorge. 2002. «Entrevista». *Anais de História de Além-Mar* III: 7-21.
<https://doi.org/10.57759/aham2002.38162>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2002. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2002. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ENTREVISTA

Luís Filipe Thomaz é reconhecidamente um dos nomes que, nas últimas décadas, mais e melhor marcou o ensino e a investigação da história da expansão portuguesa e das civilizações asiáticas no nosso país. Não obstante o elevado grau de especialização que atingiu nesses domínios, o homenageado não deixou de cultivar outros (muitos) saberes, o que, em certos aspectos, o aproxima mais da figura do erudito do século XIX do que propriamente do historiador da transição para o século XXI. Ou, como o próprio admitiu na recente cerimónia de atribuição do Doutoramento «Honoris Causa» pela Universidade Nova de Lisboa, de um homem da Renascença que, pela natureza dos seus interesses e do seu trabalho, se sente por vezes deslocado neste tempo que é, apesar de tudo, o seu.

Para além de cerca de centena e meia de trabalhos, resultado de quase quatro décadas de investigação, o estimulante pensamento e a enorme erudição de Luís Filipe Thomaz revelam-se nas aulas e nas conferências, nas viagens ou numa simples conversa de corredor. No caso vertente, talvez mais do que em exemplos similares, o conhecimento científico do homenageado não é passível de ser «aprisionado» num volume de homenagem. Antes, queda património daqueles que tiveram o privilégio de, ao longo destes anos, com ele trocar ideias e discutir problemas. Pareceu-nos apropriado, por isso, entrevistar Luís Filipe Thomaz nesta ocasião particular, procurando conhecer melhor o historiador e o homem que gerou o historiador. A entrevista é, porventura, a única forma capaz de captar alguns filamentos desse horizonte da oralidade, por natureza volátil.

Nesta perspectiva, entendemos que seria útil ultrapassar o mero registo circunstancial, evitar que a entrevista fosse apenas aquilo que o entrevistado quer dizer. Alternativamente, procurámos colocar ao homenageado um leque alargado de questões que o forçassem a, connosco, reflectir acerca das virtudes e das fraquezas da sua obra. São, pois, quatro decénios de um riquíssimo trajecto pessoal e profissional que aqui se revisitam, desde as condições de formação da sua personalidade enquanto historiador à análise da actual situação em Timor e na Indonésia, que conhece como poucos.

ANA ISABEL BUESCU
JORGE FLORES

Anais: Após um trajecto académico de quase quatro décadas, quer reflectir acerca das condições da vida universitária portuguesa quando, no início dos anos 60, se decidiu a cursar História na Faculdade de Letras de Lisboa?

LFT: As coisas eram muito diferentes do que são hoje. Tanto professores como alunos eram em número muito menor e todos se conheciam. Hoje em dia eu não sei o nome de todos os professores do meu departamento, quanto mais o dos alunos todos! A universidade tinha uma dimensão muito menor e, por consequência, tinha uma dimensão humana muito maior. Quanto ao ensino, como cultura humanística, os professores daquele tempo eram bastante melhores. Tinham uma formação muito mais sólida. Sabiam latim e grego, conheciam os clássicos e, em muitos aspectos, eram personalidades mais ricas. Em contrapartida, não eram tão bons tecnicamente quanto os historiadores modernos e, não raro, descuidavam o aspecto pedagógico. As pessoas eram muito menos especializadas do que são hoje. Então em matéria de história asiática, a ignorância era generalizada. Todavia, é preciso notar que, por óbvias razões económicas, se circulava muito menos.

Anais: Como despertou em si o interesse pela História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa? Que influências absorveu nessa fase inicial, ainda como estudante universitário e até como jovem licenciado?

LFT: Posso dizer que o assunto já me entusiasmava antes de ingressar na Faculdade. Tinha estado em Goa enquanto aluno do Colégio Militar e, logo nessa altura, me interessei muito pela história da Índia e pela presença portuguesa na Ásia. Assim, a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, sobretudo na sua vertente oriental, já me interessava, tanto mais que meu avô, Ricardo Leite de Sousa Noronha Esteves, era de Goa e ainda lá tenho parentes. Foi um laço afectivo que restabeleci depois de ter visitado a terra pela primeira vez. Isso não funcionou como um incentivo *a priori*, mas como um incentivo *a posteriori*.

Em termos de influências, os professores que mais me marcaram foram Mário Tavares Chicó – porque insistia na história da arte indiana e na importância de outros espaços geográficos – e o Padre Manuel Antunes. Também o Prof. Borges de Macedo, esse sobretudo no sentido de habituar o aluno a interrogar a história. Não é tanto o que aprendi com ele, mas antes o hábito de colocar hipóteses. As interrogações, mais do que as afirmações. O Prof. Veríssimo Serrão tinha uma informação bibliográfica muito vasta, o que igualmente me moldou. Como formação humana geral, devo porém lembrar sobretudo o Padre Honorato Rosa, que foi quem mais me marcou.

Anais: Que impacto teve a sua experiência de vida em Timor na definição do seu modo de fazer a história da Ásia do Sueste e da expansão portuguesa na região?

LFT: Para começar, teve influência no aspecto humano. Eu fui para Timor um rapaz e regressei um homem e, em muitos aspectos, foram três anos que valeram por vinte! Foi a primeira vez que estive longe da família, assumindo responsabilidades importantes. Foi também a primeira vez que me confrontei com a realidade ultramarina, que em Portugal era conhecida apenas pela propaganda do regime. Lá adquiri outra dimensão do problema. Por outro lado, foram 3 anos em que praticamente não peguei num livro de história. Não havia lá nenhum. Aprendi tétum e um pouco de malaio, mas a história esteve de pousio, o que também é bom porque, tal como nos terrenos, após um período de pousio, produz-se mais. Ganhei também o hábito de ver a história na sua relação com geografia e com a etnologia, dado que a história não se basta a si própria. Revendo artigos que escrevi nessa altura, teria hoje pequenos detalhes a alterar, mas a estrutura dos trabalhos permaneceria a mesma, porque acho que de lá para cá não alterei a minha perspectiva. Em contrapartida, se comparar o que escrevi em 1974 com o que escrevi em 1964, então aí sim há um fosso.

Anais: O seu amadurecimento enquanto historiador passou claramente pelos anos de Paris, frequentando instituições como a École Pratique des Hautes Études ou o Institut des Langues Orientales e privando com historiadores como Jean Aubin e Denys Lombard. Quer reflectir à distância sobre a importância desse período e dessa conjuntura?

LFT: No aspecto humano, em Paris aprendi muito menos do que em Timor, embora a convivência com estudantes de toda a parte do mundo na cidade universitária, na medida em que Paris é um microcosmo, tivesse constituído uma experiência enriquecedora. No aspecto científico, melhorei obviamente a qualidade técnica dos meus conhecimentos, para além das línguas que aprendi. Aperfeiçoei o sânscrito e o malaio, comecei a aprender o siríaco. E depois, frequentando os seminários de Denys Lombard e Jean Aubin, aprendi bastante. Por vezes aprendi coisas interessantes por vias assaz oblíquas: por exemplo, um seminário sobre o monaquismo e a estrutura social do Camboja fez-me reflectir sobre o mesmo tema em Portugal. Talvez o mais interessante tenha sido colocar problemas que nunca se me tinham posto e pensar como é que, *mutatis mutandis*, os mesmos se poderiam aplicar ao caso português. A forma como equacionei a questão da ideologia da expansão portuguesa derivou da leitura de um livro de Elaine Ahrweiler sobre a ideologia imperial bizantina na Alta Idade Média. Em Paris dispersei-me muito, mas não estou arrependido disso.

Anais: Ainda assim, parece-nos que a sua relação com as línguas e os textos orientais é curiosa. Temos um amigo comum que já chamou a atenção para a seguinte ironia: o único historiador português com verdadeira formação de orientalista está muito mais ligado às fontes portuguesas e à

história de Portugal do que aos debates em curso sobre a natureza e devir das sociedades asiáticas no início do período moderno. De facto, essa preocupação com a Ásia propriamente dita é muito clara nos seus trabalhos sobre Malaca, escritos na «fase francesa» do seu percurso mas, em nossa opinião, tem vindo a diluir-se. Quer comentar?

LFT: A formação de orientalista tem-me servido sobretudo para pôr notas de rodapé! Para a micrologia (termo que retomo da Micrologia Camoniana), tem sido útil. Mas aquela observação é verdadeira. Porquê? Primeiro, porque tenho estado sempre muito ocupado, só agora é que deixei o ensino da História da Expansão Portuguesa. Acabei por estudar sobretudo esta área, até porque senti que tinha pequenas contribuições a dar neste campo a partir, por exemplo, das fontes malaias, como o *Sejarah Melayu* ou as *Undang-Undang Melaka*. Tem-se sempre proporcionado produzir estudos no cruzamento entre os estudos orientais e os estudos ocidentais. O Denys Lombard afirmava muitas vezes que não tinha paciência para aqueles orientalistas que sabem tudo sobre os *Upanishadas*, mas depois não sabem mais nada. Dizia-me que a minha vantagem advinha do facto de dominar tanto os estudos orientais como os ocidentais, porque o mundo não tem compartimentos.

Mas é verdade que eu podia fazer mais trabalho nessa área. Comecei a fazer um trabalho sobre a sintaxe dos casos nas inscrições de Açoka. Era uma coisa que gostava de completar. Mas, no fundo, tenho passado a vida a ser conjugado na voz passiva, porque não faço o que quero, faço o que me mandam! Há 20 anos que faço o que me encomendam, quando acabo uma encomenda tenho logo outra para satisfazer. Gostava também de publicar, por exemplo, as *Odes de Salomão*, que já traduzi do siríaco com introdução e notas. E planeio traduzir do sânscrito a *Bhagavad-gîtâ*. São textos muito mais ricos, e mais enriquecedores do ponto de vista humano do que, por exemplo, a reconstrução da genealogia de Diogo Pereira o *Malabar*. Está na altura de deixar de lado certas coisas que qualquer investigador cuidadoso pode fazer.

Anais: Como vê a evolução da História da Expansão Portuguesa nos últimos 30-40 anos?

LFT: É uma evolução grande. No tempo do Estado Novo, havia certos condicionalismos políticos. Fazia-se história da expansão para fazer propaganda da colonização. Depois, fez-se história da expansão para fazer propaganda da descolonização. Nesse aspecto, tenho a consciência de que sempre fiz uma história tranquila. Aliás, na discussão da minha tese de licenciatura, uma das coisas que me censuraram foi justamente o facto de, no momento em que a política ultramarina portuguesa era atacada em vários pontos do mundo, «não haver na tese uma palavra de defesa sobre a maneira tradicional dos portugueses serem e estarem no mundo»...

Há agora condições para fazer a história da expansão com muito mais distanciamento, não a escrevendo no presente mas no passado. É necessário notar também que hoje há muito mais documentação publicada, o que facilita o trabalho: é certo que os documentos não são, por si só, história, mas também não se faz história sem documentos. Por outro lado, e mesmo que nem toda a gente saiba ler línguas orientais, a mobilidade é hoje muito maior. É raro o investigador que hoje trabalha sobre a expansão portuguesa no Oriente (incluindo os próprios alunos de mestrado) que não esteve já na Ásia. Eu ofereci-me para fazer serviço militar em Timor porque, tendo feito uma tese sobre Malaca, achei que era a única forma de conhecer a região. Ir daqui para Malaca era economicamente incomportável, representava um ano de trabalho como assistente da Faculdade! Nesse aspecto as coisas mudaram muito. Também se alteraram consideravelmente no que respeita à bibliografia. Quando fiz a minha tese de licenciatura, o único dicionário de malaio que havia em Portugal era um exemplar do dicionário malaio-latim de Haex publicado na Holanda em 1642. Hoje em dia tenho cinco ou seis em minha casa.

Anais: Como avalia o quadro institucional em que o ensino e a investigação nessa área se desenvolve actualmente?

LFT: Tradicionalmente, a história da expansão sempre se desenvolveu mais em Lisboa do que no Porto ou em Coimbra. Provavelmente continuará a ser assim, até pelo ambiente físico. E há uma outra razão, prática, que é a da localização dos arquivos: Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca Nacional estão em Lisboa, a maior parte da documentação ultramarina está em Lisboa, o que facilita a investigação desenvolvida nas universidades da capital.

Vai-se criando também um maior grau de exigência. Há certas teses que se faziam há uns anos nesta área e que hoje não seriam admitidas, por exemplo, na Universidade Nova. Não há dúvida de que foi na Universidade Nova que o estudo e a investigação da história da expansão se desenvolveu mais nos últimos anos, através do mestrado que aí foi criado nos anos 80 por Artur Teodoro de Matos. Aquele mestrado foi muito mais longe do que qualquer outro em qualquer outra universidade portuguesa e proporcionou uma formação muito sólida aos alunos. Estou à vontade para falar, porque nem fui eu que concebi o programa. Fui apenas o executante de um plano que já estava traçado. A minha única contribuição foi chamar a atenção para a necessidade de estudar, não tanto a história moderna da Índia e da China, mas sobretudo os fundamentos antigos dessas civilizações. Basta pensar que as campanhas de Mao Zedong contra Confúcio não se explicariam se Confúcio não estivesse ainda «vivo». Assim como não se pode reflectir acerca do pensamento ocidental sem evocar Santo Agostinho, ainda que este tenha morrido há 1500 anos. É preciso buscar as raízes culturais das civilizações.

Infelizmente, o Ministério decretou a redução do tempo consagrado à parte académica dos mestrados. Manda quem pode, obedece quem deve. Mas senti-me numa situação de desemprego técnico, o que também pesou na decisão de me aposentar. No fundo, aquilo que mais gostava de ensinar, que era a história da Ásia, deixou simplesmente de se ensinar.

Anais: Apesar da sua considerável produção escrita, detecta-se uma enorme relutância – quase um receio – em avançar para a síntese, em escrever um livro, enfim. Como explica este facto? Marca da influência de Jean Aubin que, por exemplo, nunca conclui o seu muito anunciado *Portugal Manuelino*?

LFT: Eu não digo que tenha relutância. Talvez nunca me tenham dado tempo para isso, entre colóquios, conferências e artigos. Sucedem que, tendo abordado alguns assuntos que mereciam ser tratados em livro e não cabiam num artigo, resultaram monstruosidades de artigos de mais de cem páginas, uma espécie de artigos enxertados em livro. Devo dizer que tenho neste momento três livros praticamente escritos: a ideia imperial manuelina, na sua versão completa, a monografia de Timor e, um pouco mais atrasada, uma história das especiarias. Não se trata de relutância em escrever livros. Nunca tive o sossego para isso. O que eu gostaria de escrever era um livrinho para a colecção «Que sais-je?» sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa. Um trabalho de síntese, que foi o que realmente nunca tentei até aqui.

Anais: Por que razão nunca se interessou pelos séculos XVII-XVIII? Acha esse período pouco estimulante? Não vê interesse num exercício de comparação das diversas expansões europeias no mundo, dado que nos seus trabalhos não vai além da comparação, aqui e ali, com a expansão espanhola?

LFT: Isso foi consequência de estar muitos anos a ensinar história dos descobrimentos e da expansão, onde se tem de começar pelo princípio. Comecei então a descobrir que toda a história da expansão tem de ser revista. Tentei fazer isso para o século XV em «Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle», embora não tenha passado então da batalha de Alfarrobeira. Gostaria de prolongar para a segunda metade desse século o que fiz para a primeira. Dediquei-me mais aos séculos XV e XVI pela necessidade de compreender o início do processo expansionista. Realmente, as primeiras coisas que escrevi foram sobre o período de D. Manuel e só recentemente trabalhei sobre a época de D. João III, para além de uma incursão breve no reinado de D. Sebastião, com um artigo sobre a crise de 1565-1575 no Estado da Índia. Só em aspectos de história de Timor é que tenho vindo até ao século XX.

Da história contemporânea não gosto. É mais jornalismo do que história, não há perspectiva suficiente para ver as coisas à distância, há coisas que parecem muito importantes e que no instante seguinte se revelam meno-

res. Foi Denys Lombard quem, em conversa com uma terceira pessoa, formulou aquilo que eu ainda não conseguira exprimir claramente até então: «até 1600, há mais factos do que documentos, depois de 1600 há mais documentos do que factos». Antes de 1600, é necessário reconstituir, é uma metodologia da história que deixa muito lugar à imaginação. As pessoas que se habituam a isso, quando vão lidar com os séculos XVII-XVIII em que há cinco ou seis documentos para a mesma questão, sentem tédio porque não há espaço para a imaginação. Para quem tenha medo de imaginar, ou não goste de pôr hipóteses, colando-se demasiado aos factos, é a situação ideal. Depende da estrutura mental das pessoas. Há pessoas muito sabedoras, mas que não ousam afirmar. Outras não passam dos factos porque não têm cultura para mais. Para mim, a história do século XVII em diante começa a tornar-se fastidiosa.

Depois, há ainda um outro aspecto quanto à história da expansão. Simpatizo muito mais com o fim da Idade Média e o início do Renascimento, que é uma época mais aberta, do que com o período da Contra-Reforma, que é uma época fechada, desconfiada, suspeitosa em relação a tudo. Não é o rigorismo moral da Contra-Reforma que me assusta, é mais a estreiteza intelectual. Sinto muito menos simpatia pelo século XVII do que pelo século XVI, sobretudo no aspecto cultural. Para quem estuda o comércio, pouca diferença faz. Mas, enquanto ler João de Barros ou Fernão Mendes Pinto me dá prazer, ler Sebastião Manrique enfastia-me.

Anais: Lendo-o – e sobretudo conhecendo-o – perdura a convicção de que, muito embora historiador de ofício, promove uma relação «paritária» com disciplinas como a geografia e a linguística. O mesmo se pode dizer da aprendizagem de línguas orientais. Quer dizer, não parece recorrer a esses saberes enquanto «auxiliares» da história, enquanto instrumentos de uma dada investigação em curso. Ao invés, a sensação que fica é a de que utiliza a história como um pretexto para «mergulhar» em áreas científicas que cultiva com tanto ou mais gosto do que a própria história. É assim?

LFT: É verdade. Eu não me atreveria a escrever um livro sobre geografia porque não sou geógrafo. Quanto à linguística, tenho formação universitária nessa área. Exactamente por sentir que sou mais historiador do que geógrafo ou outra coisa qualquer, sinto-me feliz por a história me dar um pretexto para fazer uma «excursão» numa área que me interessa e que eu nunca poderia tratar *ex professo*. Sinto-me muito satisfeito por poder fazer, por exemplo, uma introdução geográfica à história da Ásia do Sueste. Por outro lado, eu sei que hoje em dia é moda trabalhar em equipa, a equipa tornou-se um ideal, quase um ídolo. Se a equipa é uma sinfonia ou, pelo contrário, uma heterofonia, isso torna-se secundário porque, acima de tudo, é chique trabalhar em equipa. Eu não gosto de trabalhar em equipa, as poucas vezes que o fiz deu mau resultado e agora, que estou aposentado, faço tenção de nunca mais trabalhar em equipa. Gosto de trabalhar sozinho, sou um solitário por

natureza. Quando os meus conhecimentos de geografia ou de linguística chegam, prefiro fazer uso deles a recorrer a um especialista. O violino, que é a história, toca a parte principal, sendo a geografia o acompanhamento ao piano. O conjunto é uma sinfonia concertante. Se eu pedisse ajuda a um geógrafo, em vez de uma sinfonia haveria dois solos, que poderiam não estar em harmonia um com o outro. Mas também não estou a fazer propaganda contra o trabalho em equipa. Tudo depende da natureza e do volume do trabalho.

Anais: Um dos seus artigos mais citados e, a nosso ver, mais estimulantes, é «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI». Ressuma como ponto central o conceito de *rede* aplicada ao império asiático português, muito ao jeito da visão de Denys Lombard para a história da Ásia marítima e, em particular, para a história da Ásia do Sueste insular (por sua vez inspirada nos escritos de seu pai, Maurice Lombard, sobre o Islão). Em contrapartida, historiadores há que recentemente têm retomado e valorizado a ideia de *império* enquanto estrutura sólida e contínua, em detrimento da noção de rede, que pressupõe fragmentação e diluição. O que lhe parece?

LFT: Império *stricto sensu*, aquela ideia de uma jurisdição imperial na concepção medieval, evidentemente que existe. D. Manuel assume uma vaga suserania sobre os reis, semelhante à que o imperador tinha na Europa medieval. Império no sentido moderno do termo, como o britânico ou o francês, também há, naturalmente. Mas, no caso da Ásia, o que é administrado pelo Estado da Índia é ínfimo. Durante muitos anos, é só Goa e Malaca. Mais tarde, temos a «Província do Norte». De qualquer modo, não cabem no conceito de império nem as posições portuguesas no Malabar, como Cochim, nem muito menos os estabelecimentos da contra-costa, casos de Negapatão ou Meliapor. E o mesmo se aplica a Macau e a Timor. Não digo que não haja império, mas a rede é muito mais englobante. Até porque à rede oficial se acrescenta a rede privada dos casados que, sendo o corolário da primeira, não deixa de esbater a importância do império.

Anais: Uma das perspectivas mais interessantes da sua produção é, a nosso ver, a recusa de uma inexistente linearidade das políticas ultramarinas, ao mesmo tempo que acentua as contradições internas da sociedade que dá corpo à expansão. Essa linha de investigação, que tem feito escola, é muito clara tanto no que diz respeito ao que escreve sobre os primórdios da expansão como nos estudos que dedicou ao Oriente manuelino. Todavia, a ideia das facções e dos grupos de interesse, assim como a oposição Coroa-iniciativa privada, são propostas recentemente questionadas de forma crítica. Mantém os seus argumentos?

LFT: De facto, essa oposição entre oficial e não oficial não é estática. Os actores e os problemas do reinado de D. João III já não são os mesmos

do reinado anterior. E depois, tem-se a impressão de que no período filipino essa oposição se dilui um pouco. Por um lado, os casados, que até essa data se podiam dar ao luxo de estar em conflito com o Estado, têm necessidade de se acolherem à protecção do Estado quando começam a entrar em cena holandeses e ingleses. Por outro lado, os próprios Filipes, contestados por serem espanhóis, sentem necessidade de congraçar todos os sectores. Dão foral a Meliapor em 1606, oficializando o estabelecimento, quando no século XVI se pensava em organizar expedições militares para o destruir. Os casados precisam de uma protecção do Estado que antes podiam dispensar e, por seu turno, os Filipes necessitam do apoio de muitos sectores que se podiam congregar à volta de D. António Prior do Crato, pelo menos nos primeiros tempos. Thomas Cavendish diz no diário da sua viagem que, navegando na Insulíndia Oriental, encontrou mercadores portugueses que lhe perguntaram se o Prior do Crato era vivo e se ainda se encontrava em Inglaterra. Pediram-lhe então que, regressando a Londres, dissesse a D. António que viesse para a Ásia para que sobre eles reinasse. Uma ideia parecida com a que germinou ao tempo de D. Constantino de Bragança como vice-rei (1558-1561). Os casados pretendem lançar o grito do Ipiranga, aproveitando a presença de um Bragança na Ásia para proclamarem a independência.

Com a entrada em cena dos holandeses, a situação já é outra. A situação muda a cada momento, até de um ano para o outro. Tem de se ver a conjuntura política em cada zona e em cada momento. E importa observar a dinâmica interna da expansão. Não se pode pensar, por exemplo, que o Infante D. Henrique fez um projecto a prazo, a cem anos, para apresentar ao Papa – como estes projectos que se fazem agora para obter financiamento da União Europeia – e que os sucessivos reis foram executando conforme o calendário...

Anais: Percebe-se que nunca se sentiu muito próximo da produção anglo-saxónica sobre a expansão portuguesa e até sobre a história da Ásia do Sueste. Prefere claramente Jean Aubin a Michael Pearson e revê-se mais em Denys Lombard do que em Anthony Reid. No entanto, a «internacionalização-mediatização» da história da expansão portuguesa tem passado mais por figuras como Boxer, Pearson e Russell-Wood do que por historiadores portugueses, com a óbvia excepção de Vitorino Magalhães Godinho. Embora o conceito de internacionalização desta área de estudos não seja idêntico ao de há 4 décadas, e mesmo sendo o seu trajecto internacional reconhecido e indiscutível, não acha que secundarizou esta questão? Nunca se sentiu no «dever» de escrever uma história do Império português, ou do império português na Ásia?

LFT: Ainda há pouco estava justamente a dizer que gostaria de escrever um livrinho para a colecção «Que sais-je?» sobre os Descobrimentos portugueses, mas não uma história do império português, porque apenas me sinto à vontade quando muito até 1640 e, portanto, custar-me-ia escrever fora

desse período. Não é que tenha propriamente um projecto, mas é uma coisa que não desgostaria de fazer. Quanto à questão das influências, não estou muito de acordo: em certos aspectos, sinto-me mais próximo da historiografia anglo-saxónica porque é mais empirista, e eu sou muito empirista por maneira de pensar. A historiografia francesa às vezes é mais ideológica, o que não era nitidamente a linha de Jean Aubin, um homem claramente positivista, não no sentido ideológico ou político do termo, mas no sentido em que foi um dos últimos representantes da escola positivista pelo menos como metodologia histórica. Por consequência, esse positivismo metodológico está perto do empirismo britânico e, nessa perspectiva, sinto-me próximo tanto dos historiadores de língua inglesa como de Jean Aubin. Depois há aquelas escolas francesas mais idealistas – os franceses sempre gostaram muito de esquemas, dos estruturalismos, da discussão de modelos teóricos, e eu nunca tive muita paciência para abstracções desse género... Gostava muito de matemática, aliás quando fiz o sétimo ano do liceu a cadeira em que tive melhor nota não foi história, foi matemática, sempre gostei muito de matemática, mas são abstracções de outro género. Neste aspecto estou sem dúvida mais próximo de Jean Aubin e de Geneviève Bouchon do que de Denys Lombard, e em termos de metodologia sinto-me sem dúvida mais próximo dos historiadores, como disse, mais empiristas; agora, pessoalmente sempre estive naturalmente muito mais em contacto com Jean Aubin e Denys Lombard, sempre trabalhei muito mais em comunicação com eles – até porque me exprimo muito melhor em francês do que em inglês –, e estive em França e convivi com eles de perto. Mas não posso dizer que esteja mais próximo de um do que de outro, até porque eles são muito diferentes, personalidades muito diferentes, com metodologias muito diferentes.

Anais: Tem interesse, por exemplo, pelos debates que correm, também em Portugal, sobre o Orientalismo (tomando Said como ponto de partida) e o pós-colonialismo? Nunca se «tentou» por exemplo pelo século XVIII?

LFT: Não, porque nunca me interessei pelo século XVIII. A razão é fundamentalmente essa. Mover-se à vontade numa época é importante. Mas o problema do Orientalismo interessa-me: publiquei um pequeno artigo, que gostaria de desenvolver, intitulado «Uma visão cristã do hinduísmo em meados de Seiscentos». Aliás, fiz em tempos uma palestra na Academia de História sobre a religião de Fernão Mendes Pinto. São assuntos a que gostaria de voltar, mas para o século XVI e primeira parte do século XVII. Não para o século XVIII, que conheço mal.

Anais: No prefácio de um desses seus longos-artigos-que-se-transformam-em pequenos-livros (*A questão da pimenta em meados do século XVI*, 1998), escreveu o seguinte: «A história económica é assim, em última análise, o espectáculo das paixões mais baixas do homem, como a cobiça, a avareza e vontade de poder, em mais ou menos livre curso; por isso é deprimente.»

E um pouco acima, já tinha escrito: «Por um lado, é uma história morta, ou apenas viva nas suas consequências indirectas (...). Por outro lado, é o sector da história que foca a parte mais vil do homem» (p. XVII). Não acha o juízo excessivo?

LFT: É preciso ver as coisas no seu contexto. Esse prefácio é um prefácio essencialmente autobiográfico, em que eu conto a minha vida. São as minhas impressões pessoais, não têm a ver com a minha posição como historiador. Evidentemente que o historiador tem de cultivar uma certa neutralidade, o que não quer dizer que se ignore que há um hemisfério direito e um hemisfério esquerdo do cérebro; uma parte tem as ideias, a outra os sentimentos, as intuições, etc. Isso que eu disse insere-se naquela resenha autobiográfica e é aquilo que eu penso pessoalmente, que me dá prazer, e o prazer é extremamente subjectivo, ou seja, a história económica só me dá prazer na medida em que me permite compreender uma série de coisas, de «desatar o nó». Compreender por que é que isto é assim ou assado, isto é, prazer puramente intelectual de explicar as coisas; mas não me dá gozo nenhum estar a contabilizar quintais de pimenta. Quando se pensa na história das religiões, na história da filosofia, o prazer que me dá ler os *Vedas* ou os *Upanishadas* não é como ler um livro da carga das naus da Índia! Naturalmente que a pimenta que se carregou já foi comida, já as pessoas que a comeram cá não estão, mas a *Bhagavad-gitâ* continua a alimentar a vida espiritual de muita gente, inclusivamente a minha. Era nesse sentido que eu falava, naturalmente. As obras de um Confúcio, os sermões do Buda, ou outra coisa qualquer na história cultural e religiosa no Oriente ou no Ocidente continuam vivas, e é nesse sentido que eu digo que prefiro nitidamente a história cultural, pois há mais enriquecimento pessoal e mais proveito; e eu acho que já fiz o suficiente em história económica – embora não se possa pô-la de lado, porque a história cultural não se compreende sem a história social, e a história social não se compreende sem a história económica; e portanto esta é necessária. Mas agora tenho vontade de a «deixar em paz» e de fazer coisas que me tragam mais alegria; passei a vida, como dizia há pouco, a ser «conjugado na voz passiva», a fazer o que me mandavam, e agora apetece-me fazer outra coisa.

Anais: Como vê, em contrapartida, a evolução da história política, em concreto no que respeita ao retorno à narrativa?

LFT: Tradicionalmente o papel da história política nas crónicas era o essencial; e depois com os positivistas voltou a ser o cerne da história. Mas é claro que não pode substituir a história social. Seria idiota um biólogo vir dizer que a visão do tecido epitelial ao microscópio dispensa a anatomia topográfica. As duas visões completam-se: a visão macroscópica e a microscópica estão em correlação dialéctica, certamente uma influi na outra. A história política é por natureza uma história microscópica, enquanto a história

social normalmente é mais macroscópica, tal como a história cultural, em que a evolução é muito mais lenta do que a história política: dois países estão em guerra; mas num ano estão em guerra e no seguinte estão em paz; e a evolução social normalmente é muito mais lenta. Portanto, não se pode compreender a história social sem a história política, nem a história política sem a história social. Metodologicamente pode começar-se de um lado para o outro, mas o que eu não acredito é que ontologicamente se possa dizer que no princípio é a história económica, e que depois vem tudo daí, porque a história económica também é condicionada pela história cultural – por exemplo a mentalidade do consumidor, os padrões culturais, os hábitos, etc. A história económica não é independente da história cultural, não se pode dizer que no princípio está a história económica e depois vem a história cultural, porque as coisas estão em cadeia, e portanto o que eu digo em relação à história económica reage um pouco à ideia marxista de que no princípio é a história económica e o resto é tudo um corolário, que a economia tem leis rigorosas, e depois o resto são consequências que daí decorrem. Na economia também influi a cultura, a situação política. Se de hoje para amanhã os americanos atacarem o Iraque, é capaz de não vir durante uns tempos petróleo do Golfo, e então é a questão política que está a influenciar a questão económica e não o contrário.

Anais: Quais são os seus projectos de investigação para o futuro? A independência recente de Timor, e a consequente intensificação dos seus compromissos pedagógicos e académicos nessa área (publicou recentemente *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*, 2002), poderá traduzir-se num regresso «a tempo inteiro» à Ásia do Sueste?

LFT: Quero terminar a monografia de Timor, que está escrita já a três quartos. Tenho depois que ultimar a edição de um manuscrito de Alberto Osório de Castro, que já está orçamentada e, portanto, é para fazer a curto prazo; e a refundição de um relatório que fiz para o Comissariado de Timor sobre o património cultural subsistente em Timor, sobretudo construído. São textos que estão praticamente feitos, para rever e publicar a breve trecho. Continuo também com um projecto que já tinha quando voltei de Timor, em 1972 (no qual esteve também envolvido o Ruy Cinatti), de traduzir textos de viajantes que estiveram em Timor, e fazer uma edição anotada desses testemunhos de viagem. Para além disto, tenho um livro sobre as origens medievais da expansão portuguesa para acabar, para não falar em obras de colaboração dirigidas por Jorge Flores e Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Tenho outras duas coisas que estão atrasadas, escritas em francês e que é preciso traduzir para português: uma delas é a edição crítica de um texto sobre os portugueses em Bengala, com comentário filológico; a outra é o livro sobre a ideia imperial manuelina, com uma antologia de textos. Tenho também ideia de editar as obras completas de S. João da Cruz, as *Odes de Salomão* e as inscrições de Açoka, que já traduzi para português;

e talvez mais outros textos. Há outra coisa que gostaria de fazer, porque tenho muita documentação que copiei na Torre do Tombo sobre Malaca, e sobre os portugueses no Sueste Asiático em geral. Gostaria de editar uma colecção de documentos para ficar para uso dos vindouros.

Anais: Como encara, nesta nova conjuntura, as perspectivas de cooperação académica e cultural portuguesa com Timor e com a Indonésia?

LFT: Com Timor é um caso muito particular, e é preciso haver cooperação em muitos aspectos. Timor é um país pequeno, pobre, e o facto de ter adoptado o português como língua oficial, e de ter querido integrar a Comunidade de Estados de Língua Portuguesa traz-nos responsabilidades. Depois da descolonização, houve um período em que era muito difícil publicar e falar sobre Timor. Foi uma época heróica em que também Barbedo de Magalhães se bateu muito. Ele organizava cursos de Verão, em que por motivos de saúde nunca consegui colaborar. Mas batemo-nos pela mesma causa, eu sobretudo no aspecto cultural, ele mais no aspecto político. Uma coisa que eu dizia muitas vezes era que Timor tinha direito à auto-determinação e não à heterodeterminação, portanto, não deviam ser os indonésios a dizer «eles são austronésios, falam uma língua austronésia, no século XIV pertenceram ao reino de Mojopahit» para defender que deveriam pertencer à Indonésia, nem os portugueses a sustentar que os timorenses estiveram ligados a Portugal durante quatrocentos anos, e que a maioria da população é cristã. Naturalmente os timorenses têm ligações com a Indonésia e com Portugal, mas a eles é que compete decidir se são mais fortes os vínculos que os ligam à Indonésia e separam de Portugal, ou os ligam a Portugal e separam da Indonésia. Portanto não somos nós que vamos decidir se os timorenses devem ou não ser independentes, embora pelos vistos parecesse que o queriam ser (como se veio a confirmar pelo referendo de 1999). Tudo o que havia de resistência passiva e activa à ocupação indonésia mostrava que pelo menos um largo sector da população timorense queria a independência. O que eu procurava não era dizer que os timorenses deviam ser independentes porque tinham uma cultura diferente, mas, com uma metodologia empirista, partir dos factos para as explicações: verifica-se que um grande sector da população timorense quer a independência; vamos então à história perguntar porquê, e a história diz-nos que Timor teve uma história, especialmente cultural e religiosa, muito peculiar. E isto, de certo modo, é uma responsabilidade de Portugal, porque se os timorenses hoje são suficientemente diferentes dos indonésios para se quererem dissolver neles, foi porque Portugal esteve presente durante quatrocentos anos e veiculou a transmissão de uma cultura e de uma religião que é diferente da dos indonésios. Portanto no caso de Timor há uma responsabilidade importante por parte de Portugal, e a cooperação tem de resultar, por um lado, dessa responsabilidade, e por outro, de uma certa comunidade cultural que liga Timor não só a Portugal, mas ao Brasil, a Angola, etc.

Quanto à Indonésia, há que recuperar este hiato de vinte e cinco anos nas relações. Da última vez que fui a Timor, em Junho de 2002, vi em Jacarta a exposição promovida pela embaixadora Ana Gomes, que mostra que as relações foram muito boas entre Portugal e a Indonésia no tempo de Sukarno, apesar de tudo. Portanto, hoje essas relações poderão ser melhores ainda porque não há a oposição política que havia. Uma coisa que ficou muito clara dessa exposição, em que havia muitos recortes de imprensa da época, foi que quando Sukarno veio a Lisboa, por duas ou três vezes afirmou que a Indonésia não tinha qualquer espécie de reivindicação sobre Timor. Ao participar, contra o parecer do exército e contra o voto do parlamento, na cerimónia de independência de Timor (em que eu também estive presente) em Maio de 2002, Megawati Sukarnoputri praticou um acto discricionário, mas de certo modo reatou a política de seu pai, que foi o pai da Indonésia, o «pai da pátria». Ela retomou uma linha que se manteve desde a independência, em 1945, até à queda de Sukarno, em 1965, e que portanto não foi um episódio. Por isso é que esta exposição foi extremamente oportuna, porque mostrou que a actual Presidente da Indonésia está de facto a retomar a política do pai quer em relação a Portugal quer em relação a Timor, e não a adoptar uma política nova contra uma tradição.

Quando estava em Timor e era chefe de redacção do jornal *A Província de Timor*, fiz um número especial do jornal, comemorativo dos vinte e cinco anos da independência da Indonésia. Fi-lo de acordo com os meus superiores militares, mas mais ou menos à revelia do governador, e nesse número escrevi vários artigos sobre a Indonésia. Quando deixei Timor, o cônsul indonésio veio acompanhar-me ostensivamente à porta do avião, o que era uma coisa fora do normal, e disse-me: «Quero que o senhor saiba e que as pessoas saibam, que o senhor com os artigos que escreveu sobre a Indonésia fez mais pelas boas relações entre Portugal e a Indonésia que todos os governadores que por aqui passaram desde 1945.»

Nesse número especial do jornal *A Província de Timor*, chamava a atenção para o carácter informal das relações entre os portugueses e os povos que hoje formam a Indonésia, que só em Malaca (que aliás fica na Malásia e não na Indonésia) e em Maluco assumiram um carácter imperialista. Na Indonésia a presença portuguesa foi sobretudo uma presença de aventureiros, de missionários, etc. A presença imperial portuguesa sentiu-se muito pouco, e isso reflecte-se – como na Tailândia e nos países da Ásia do Sueste – no facto de não haver uma consciência histórica comparável à que há na Índia, sobretudo em Goa, em que a presença portuguesa foi sobretudo uma presença imperial. Na Insulíndia as relações eram sobretudo de comércio, relações em princípio de igual para igual, e neste sentido o próprio passado histórico da presença portuguesa na Indonésia é um capital que pode ser utilizado sem falsificar a história, porque a presença portuguesa foi sobretudo amistosa. Não há na consciência colectiva, na consciência histórica, da Indonésia esse peso de um domínio português como há do domínio holandês, nomeadamente sobre Java. Naturalmente que as relações entre Portugal e a

Indonésia têm condições para se desenvolver, e neste momento há o projecto de um colóquio em Larantuka sobre a presença portuguesa, e a embaixadora Ana Gomes tem a intenção de promover uma série de conferências em Jakarta e noutros locais da Indonésia sobre os portugueses no Arquipélago, mas nas diversas modalidades da sua presença histórica. Há muita coisa a fazer, e no fundo urge recuperar o tempo que se perdeu durante estes anos em que não houve relações diplomáticas com a Indonésia.